



Empowered lives.
Resilient nations.

“Valorizando as florestas de Mato Grosso”

Informações gerais

Candidato: Instituto Centro de Vida - ICV

Jurisdição: Mato Grosso, Brasil

Título do Projeto: “Valorizando as florestas de Mato Grosso”

Data de Início Proposta: Agosto de 2018

Duração Proposta (não deve exceder 18 meses): 18 meses

Valor solicitado em Dólares Americanos (não deve exceder U\$400.000): **399.448,48 USD**

Contatos do Candidato

Nome do Contato: Alice Thuault

Título: Diretora Adjunta

Organização: Instituto Centro de Vida - ICV

Endereço: R. Américo Salgado, 1890 – Santa Helena. Cuiabá-MT – Brasil – CEP: 78.045-055

Telefone: + 55 (65) 36213148

E-mail: alice@icv.org.br

Contatos da Jurisdição

Nome do Contato: Alcilene Freitas

Título: Coordenadora do SISREDD+

Departamento: CGSR-SEMA-MT

Endereço: Palácio Paiaguás, Rua C, CEP: 78.049-913 - Cuiabá - Mato Grosso

Telefone: +55(65)3613-7258

E-mail: alcilene@sema.mt.gov.br



Sumário

Informações gerais.....	1
Contatos do Candidato.....	1
Contatos da Jurisdição.....	1
1. Justificativa e abordagem:.....	3
1.1 Resumo	3
1.2. Auto Avaliação.....	3
1.3. Oportunidades Estratégicas	12
1.4. Objetivos e Resultados Esperados.....	14
1.5. Descrição das atividades	17
1.6 Plano de Implementação e Prazo: 18 meses	20
1.7 Temas Transversais.....	21
2. Riscos, Monitoramento e Avaliação.....	22
2.1. Gerenciamento de Riscos.....	22
2.2. Monitoramento e avaliação	23
2.3. Sustentabilidade dos Resultados.....	23
3. Orçamento (a ser incluído em um arquivo separado do Excel).....	24
Anexo 1: Áreas de Auto-Avaliação	25

Index das figuras

Figura 1 Taxa de desmatamento em Mato Grosso de 1996 a 2016. (Fonte: Prodes/Inpe, 2016).....	4
Figura 2 Focos de concentração do desmatamento em 2017(Fonte: ICV)	4
Figura 3. Principais políticas e programas de redução e combate ao desmatamento em Mato Grosso e atuais e potenciais recursos	5
Figura 4: Metas detalhadas da Estratégia PCI	7
Figura 5: Teoria da mudança de Mato Grosso, da situação atual aos objetivos da Declaração de RB.....	13

Index das tabelas

Tabela 1 Características da estratégia jurisdicional de baixo carbono de MT e dos seus planos de investimento (em vermelho algumas possíveis entregas do projeto)	11
Tabela 2 . Potenciais participantes da Universidade da Floresta	17

1. Justificativa e abordagem:

1.1 Resumo

Mato Grosso é uma das jurisdições brasileiras mais avançadas em termos de planejamento estratégico jurisdicional de REDD+, por já possuir desde 2013 a Lei do Sistema Estadual de REDD+ e desde 2017 a Lei de Mudanças Climáticas do Estado, além de contar com a estratégia Produzir Conservar e Incluir e com diversos programas de governos, metas, instrumentos de monitoramento e de governança e instrumentos de captação estabelecidos. Os trabalhos de preparação realizados no âmbito do programa Redd+ for Early Mover (REM) permitiram estabelecer programas operacionais e devem garantir a redução do desmatamento atual pelo comande e controle previsto, a implementação de instrumentos mínimos de salvaguardas e de monitoramento, bem como a implementação de programas voltados às cadeias produtivas e a beneficiários diretos. Em paralelo, outros esforços estão sendo implementados no âmbito da PCI e da coordenadoria de REDD+ para melhor engajar diferentes atores do setor privado nas cadeias, em nível municipal e em nível estadual.

Se os 178 milhões de reais do REM são um reconhecimento dos esforços realizados na última década, eles representam somente um primeiro passo na captação dos 39 bilhões de reais necessários para levar Mato Grosso à transformação da sua matriz de produção e para atingir os compromissos da declaração de Rio Branco.

Para garantir avanços nessa direção, é fundamental que o estado consiga demonstrar agilidade na implementação do programa REM com diversos segmentos da sociedade devidamente capacitados, informados e participando ativamente na criação de soluções de baixo carbono. Também é estratégico garantir durante esse período a geração e a disponibilização transparente de informações chaves para orientar os investimentos e adaptar as suas estratégias. Finalmente, vale avançar no detalhamento de alguns planos de investimento para garantir que especificidades produtivas sejam levadas em consideração.

O presente projeto pretende implementar atividades das categorias (2) e (3)¹ da janela A. Ele visa auxiliar o estado de Mato Grosso no período de agosto de 2018 a dezembro de 2019 com a consolidação da pauta da floresta em pé a partir de três estratégias integradas: (1) o fortalecimento dos espaços de decisão e de participação com o empoderamento dos seus membros, (2) a produção de informações chave para o monitoramento da política de REDD+ e a tomada de decisão nesses espaços e (3) o detalhamento de informações chave para planos de investimento específicos.

1.2. Auto Avaliação ²

Nos últimos anos, Mato Grosso é o Estado que apresentou as maiores reduções de desmatamento no bioma Amazônia brasileiro. Entre 1996 e 2011, Mato Grosso passou de 6.543 km² de área desmatada anualmente para 1.120 km², o que representa uma redução de 83%. Apesar dessa performance, as ações realizadas ainda são insuficientes para conter o desmatamento no estado, sendo que aumentos recentes no desmatamento têm comprometido a queda observada. De 2011 a 2016, o aumento foi de 35% na área

¹ (2) elaboração e refinamento de estratégias jurisdicionais e planos de investimentos existentes; e (3) desenvolvimento de produtos e propostas complementares construídas a partir de estratégias jurisdicionais e planos de investimento existentes e que são direcionadas a fontes de financiamento maiores, como o Fundo Verde do Clima.

² A parte 1.2 traz uma narrativa a partir das perguntas colocadas no template inicial. No anexo 1 apresentamos como complementação, respostas organizadas em função da tabela fornecida no mesmo template.

desmatada anualmente. Após ter alcançado em 2010 e 2011 taxas inferiores a 1.000 km², o estado de Mato Grosso está com desmatamento acima de 1.400 km² (Figura 1)

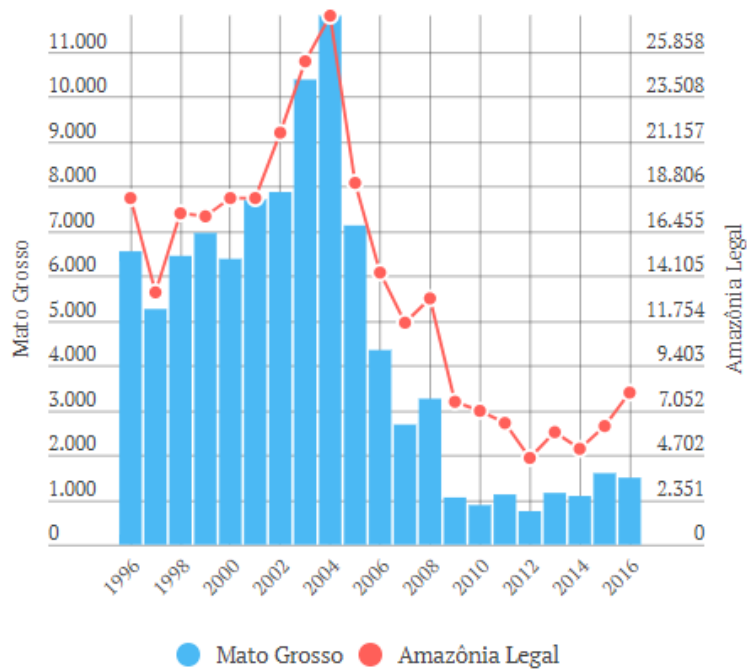


Figura 1 Taxa de desmatamento em Mato Grosso de 1996 a 2016. (Fonte: Prodes/Inpe, 2016)

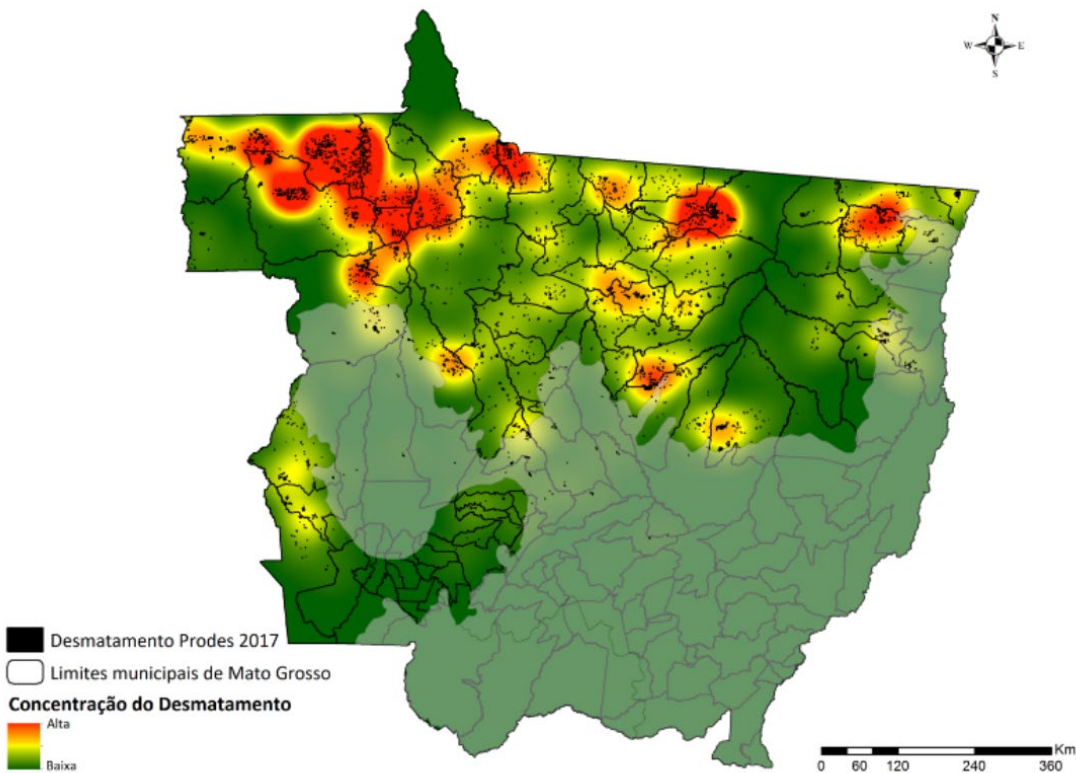


Figura 2 Focos de concentração do desmatamento em 2017(Fonte: ICV)

O desmatamento recente (2014-2016) de MT apresenta as seguintes características:

- Ainda é composto por um grande percentual de ilegalidade. 92,6% da área com corte raso foi convertido ilegalmente de 2014 a 2016;
- Concentra-se em regiões específicas. O município de Colniza, exclusivamente, respondeu por 16% do total desmatado no estado. 20 municípios reúnem 70% de toda a área desflorestada no bioma Amazônia nos últimos 3 anos;
- 51,2% do desmatamento é localizado em imóveis privados, 28% do desmatamento em áreas sem identificação e 19,5% em assentamentos de reforma agrária. As áreas protegidas, por sua vez, responderam por menos de 1% dos desmates (0,7% em Terras Indígenas e 0,1% em Unidades de Conservação), demonstrando seu impacto positivo na manutenção da floresta;
- A pecuária de corte continua sendo o maior driver do desmatamento de Mato Grosso. Em 2016, nos 10 municípios que mais desmatam ela ocupava mais de 60% das terras recentemente desmatadas (ICV, 2017).

Para enfrentar os drivers de desmatamento e degradação florestal e chegar no patamar de desmatamento atual, o Mato Grosso estruturou desde 2010 diversos instrumentos de planejamento estratégico jurisdicional para redução do desmatamento e desenvolvimento sustentável (ver Figura 2). Esses instrumentos já apresentam diversas fases de implementação e compõem um quadro organizado de programas setoriais de governos, metas, instrumentos de monitoramento e de governança e um sistema de captação estabelecido, a maioria deles criados por meio de processos participativos envolvendo múltiplas partes interessadas.

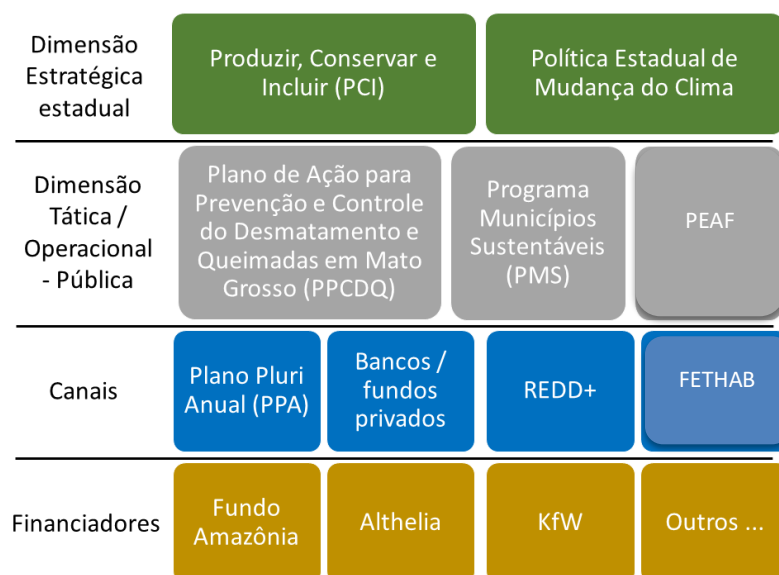


Figura 3. Principais políticas e programas de redução e combate ao desmatamento em Mato Grosso e atuais e potenciais recursos

A [Estratégia Produzir, Conservar e Incluir](#) (PCI), lançada em 2015, visa trazer uma visão para o desenvolvimento agrícola de baixo carbono de Mato Grosso até 2030. Ela é baseada em um conjunto de 21 metas, integrando as agendas de atores públicos, privados e da sociedade civil, e visando conciliar a

produção agropecuária de baixo carbono com a conservação ambiental e a inclusão sócio produtiva. A estratégia apresenta metas de redução do desmatamento que incluem os compromissos da Declaração de Rio Branco. O papel da Estratégia PCI é articular e monitorar um conjunto amplo de iniciativas direcionadas à redução da emissão de gases de efeito estufa no Estado. Para isso, a estratégia PCI conta com diversos grupos de trabalho com a participação de múltiplas partes interessadas. Um exemplo é o GT de Valor e Engajamento do setor privado, cujo objetivo é trazer valorização para a produção de Mato Grosso que é realizada com práticas sustentáveis e desmatamento zero e engajar empresas para valorizarem e reconhecerem essas práticas com vantagens e benefícios econômicos e comerciais. Esse GT conta com participantes de ONGs, entidades representativas dos produtores rurais, empresas e atores privados ligados ao setor das commodities e tem desenvolvido visões sobre a redução do risco de fornecimento e investimento em regiões com risco de desmatamento. Nesse grupo são discutidos diferentes abordagens e projetos trabalhados no âmbito da PCI que vão de iniciativas de melhoria contínua das cadeias da carne e da soja a iniciativas pilotas de rastreabilidade de carne livre de desmatamento seguindo os critérios do TAC da pecuária. Nesse contexto, numerosas iniciativas de atores privados e públicos estão em fase de alinhamento com a estratégia PCI. Assim, o sistema de rastreabilidade do Instituto Mato Grossense da Carne (IMAC), a plataforma de Carrefour, o trabalho da Pecsca no âmbito do Programa Novo Campo ou da RTRS, do IDH com a Soja Plus são iniciativas piloto que procurem nos próximos anos ganhar em escala e garantir a implementação das metas da PCI. Fundos como Althelia, Andgreen, Partnership for Forest ou Carbon Trust estão hoje desenhando portfólios de investimento em diferentes escalas (respetivamente amazônico, Brasil, Mato Grosso e portal da Amazônia) para replicar as abordagens desenvolvidas. Outra frente de trabalho é o GT de monitoramento que tem assegurado à PCI um [monitoramento anual](#) com uma [metodologia transparente](#) e organizado na plataforma www.pcimonitor.org. Um outro exemplo é o [Programa Municípios Sustentáveis](#) (PMS) que tem mobilizado atores públicos e privados para trabalhar na sustentabilidade rural a nível municipal.



Figura 4: Metas detalhadas da Estratégia PCI

O Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas em Mato Grosso (PPCDQ) tem um cunho mais operacional. Desde 2006 teve duas fases de implementação (2006 a 2010 e 2011 a 2016) e foi renomeado em sua terceira fase para Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais do Estado de Mato Grosso (PPCDIF/MT). Ele representa um conjunto de ações estratégicas para prevenir e controlar o desmatamento e incêndios florestais em Mato Grosso estruturadas em 4 linhas de ação com os objetivos respectivos: Planejamento Territorial, Monitoramento e Controle, Promoção de Atividades Sustentáveis e Governança e Gestão Executiva³. No âmbito do PPCDIF e em complementação aos instrumentos federais de monitoramento de desmatamento das áreas florestais da região Amazônica (PRODES e DETER-INPE), o Estado de Mato Grosso através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) possui um [sistema](#) que realiza o monitoramento e quantificação do desmatamento em todo o território de Mato Grosso incluindo áreas florestais e não-florestais.

³ O Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas estabeleceu um quadro de ações coordenadas no nível estadual, com o objetivo de atingir a meta estadual voluntária de redução de emissões florestais, que está alinhada com a meta federal. Além disso, o PPCDQ busca aumentar os esforços de desenvolvimento sustentável do Estado. A primeira Fase do Plano foi de 2010-2013 e a segunda Fase foi de 2014-2016. A terceira fase está sendo desenvolvida atualmente para o período 2017-2019 com o apoio do ICV e do IPAM.

Além dessas, a principal política com foco em REDD+ veio com a Lei 9.878, em 2013, que estabeleceu o Sistema Estadual de REDD+ (SISREDD+) com o objetivo de promover a redução progressiva, consistente e sustentada do desmatamento e demais atividades emissoras de gases de efeito estufa com abrangência em todos os biomas de Mato Grosso, com vistas ao alcance das metas do PPCDQ, da Política Estadual de Mudanças Climáticas, e da Política Nacional de Mudança do Clima e demais legislação pertinente. A lei permitiu firmar uma governança específica com o estabelecimento do [Conselho gestor de REDD+](#) e possibilitou a captação de pagamento por resultados. Existem diversas perspectivas sendo hoje trabalhadas para essa captação. O Fundo Althelia está por exemplo desenvolvendo uma Manifestação de Interesse Privado (MIP) para estruturar uma plataforma de comercialização de créditos de carbono, um fundo de impacto (ver menção na p.6) e um aporte para finalizar o sistema de REDD+. O Fundo Permian está discutindo a gestão do mosaico de unidades de conservação do noroeste de Mato Grosso com recursos de REDD+. O KfW e o BEIS do Reino Unido estão nas fases finais de um investimento do valor total de 178 milhões de reais através do programa REDD+ para Pioneiros (REDD+ for Early Movers -REM/MT) que visa recompensar e reconhecer o esforço de mitigação das mudanças climáticas dos pioneiros do REDD em Mato Grosso.

Esse último investimento está hoje assegurado e deve ter um primeiro desembolso ainda em 2018 seguindo a distribuição de benefícios construída de forma participativa de 2017 a 2018 entre potenciais beneficiários e a sociedade civil. O programa REM/MT visa premiar os “pioneiros do REDD+ como pequenos agricultores, comunidades indígenas e comunidades extrativistas a partir de um planejamento operacional que garanta a redução do desmatamento com o comando e controle, com a implementação de instrumentos mínimos de salvaguardas e de monitoramento, bem como com a implementação de programas voltados a beneficiários diretos. Diversas parcerias foram estabelecidas para isso articulando beneficiários diretos, mas também organizações da sociedade civil como ICV, IPAM, EII, ONFI, FEPOIMT, cooperações técnicas internacionais como a GIZ ou ainda instituições federais como a FUNAI. Além desse monitoramento, estão em desenvolvimento os instrumentos do sistema estadual de monitoramento de salvaguardas, que trarão detalhamento aos esforços de monitoramento de salvaguardas do nível federal.

Para garantir a complementaridade entre o nível federal e estadual, representantes de Mato Grosso estão participando ativamente das atividades e trabalhos da Comissão Nacional de REDD+ (CONAREDD+), das Câmaras Consultivo-Temáticas (CCT) de Pacto Federativo e de Salvaguardas, e na construção do Sistema Nacional de Informações sobre Salvaguardas de REDD+ conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente. Esses processos, por sua vez estão relacionados aos processos globais de redução e mitigação de mudanças climáticas no âmbito da UNFCCC.

Em termos de lições aprendidas, a avaliação dos resultados do PPCDQ encerrada em 2017 mostra que houve bons resultados em termos de redução do desmatamento, superando a meta estabelecida de redução de desmatamento em 75% em relação a linha de base de 5.714km², e foi alcançada a redução de 79%. No entanto, a dificuldade em manter o desmatamento abaixo de 1.000km² ao longo dos últimos anos também deixou claro que políticas de comando e controle que não conseguem rapidamente inserir elementos de fortalecimentos de cadeias produtivas livre de desmatamento com devidos incentivos econômicos não conseguem se manter no tempo. Assim, nem todas as atividades do PPCDQ-MT foram totalmente executadas por contingenciamento enquanto se manteve uma falta de articulação e coordenação entre agências governamentais e dificuldade de complementariedade entre as metas de

redução do desmatamento e de políticas de instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade e instrumentos de planejamento e ordenamento territorial. Da mesma forma, o relatório contendo o [balanço das metas do primeiro ano da estratégia PCI \(2015-2016\)](#) mostra que os indicadores das metas pouco avançaram no primeiro, evidenciando o grande desafio de garantir avanços na adequação das cadeias produtivas de Mato Grosso. Os últimos anos de políticas públicas para a redução do desmatamento também ensinaram algumas lições sobre as desigualdades sociais, as dificuldades de envolvimento das mulheres e das populações tradicionais. Assim, é somente recentemente que se conseguiu quebrar algumas dinâmicas de participação: de 2010 a 2016, as tentativas de envolvimento das populações tradicionais não conseguiram um nível de participação satisfatórias por falta de recursos. Com isso, a participação das mulheres oriundo de populações tradicionais e da agricultura familiar foi muito baixa e o próprio tema do gênero foi pouco trabalhado⁴.

A partir dessas lições apreendidas e com uma conjuntura brasileira crítica, algumas prioridades emergem para 2018 e 2019. A tabela 1 traz uma reflexão sobre os avanços e as necessidades em termos de estruturação do planejamento estratégico para a redução do desmatamento em Mato Grosso a partir dos elementos disponibilizados no documento conceitual. Em um contexto nacional de crise política, o período eleitoral tende a acirrar as tensões preexistentes sobre meio ambiente e produção e a dificultar as tomadas de decisão governamentais. Com a iminência da implementação do programa REM, surgem como prioritárias as questões seguintes:

- Aperfeiçoamento do monitoramento das salvaguardas sociais e das dinâmicas de uso da terra, incluindo a finalização do mapa de vegetação primária do Estado de MT;
- Fortalecimento e capacitação dos atores e membros de espaços de tomada de decisão sobre os programas de REDD+;
- Ampliação de linhas de apoio regionalizadas para cadeias de suprimento de commodities livre de desmatamento através de mecanismos privados de garantia de compra, assistência técnica, e regularização ambiental;
- Definição de incentivos para regiões de restrição de uso como Pantanais e Áreas de Proteção Ambiental;
- Desenvolvimento de uma visão estadual sobre adaptação a partir da correlação de atividades de adaptação às mudanças climáticas nas atividades visando apoiar cadeias produtivas nos subprogramas REM/MT.

Para trabalhar esses diferentes desafios, o governo de Mato Grosso tem contado com diversas parcerias. Entre elas, a parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV) foi importante para a construção das políticas públicas estaduais para a redução do desmatamento em Mato Grosso. Fundada em 1991 em Mato Grosso, como organização não-governamental, a missão institucional do ICV é construir soluções compartilhadas para o uso sustentável da terra e dos recursos naturais. Durante seus 27 anos, a organização desenvolveu uma expertise reconhecida na liderança de processos com múltiplas partes interessadas, fornecendo suporte técnico para o desenvolvimento de um mecanismo REDD+, a criação do PMS, a renovação do PPCDQ-MT e o estabelecimento da estratégia PCI.

⁴ Somente foi trabalhado no âmbito das discussões de salvaguardas onde foi feita uma explanação sobre as desigualdades de gênero atual e as suas consequências.

Desde 2007, da sua concepção até a presente fase, o ICV tem apoiado estreitamente a SEMA / MT para o estabelecimento do mecanismo de REDD+ no estado. Assim, o ICV facilitou o Grupo de Trabalho de REDD+ onde foi elaborada a lei REDD+ e de onde foi organizado um amplo processo de consulta pública através de diálogos setoriais até a aprovação final pela Assembleia Legislativa. Desde então, o ICV também apoiou a SEMA / MT com o projeto de um sistema de informação sobre salvaguardas, bem como uma versão avançada do JPD ("Descrição do Programa Jurisdicional") contendo o Relatório do Risco de Não-Permanência e uma proposta para os Níveis de Referência para as Emissões Florestais (FREL na sigla em inglês) para a área do bioma florestal. Recentemente, o ICV contribuiu para o Grupo de Trabalho (GT) criado pelo governo estadual para alavancar os investimentos privados no SISREDD+, e apoiou estudos específicos que tornaram possível o Memorando de Entendimento assinado entre o Althelia Climate Fund (ACF) e o Estado de Mato Grosso.

Além desta atuação no nível estadual, o ICV trabalha desde 2001 com municípios e produtores rurais do norte de Mato Grosso para melhorar a governança ambiental local e disseminar melhores práticas de uso da terra. Apoiando os municípios para conseguir a redução do desmatamento, o ICV liderou a construção do Programa Estadual de Municípios Sustentáveis (PMS). Trabalhando com a pecuária, os assentamentos e os governos locais, as iniciativas de campo do ICV se concentram no estabelecimento de arranjos produtivos para a sustentabilidade, como, por exemplo, o [Programa Novo Campo](#), que estabeleceu um programa de produção de carne com zero desmatamento - em Alta Floresta e recebeu através do spin off do ICV, [Pecsa](#), um investimento de 11,5 milhões de euros do Fundo Climático Althelia. Com a experiência acumulada, a história de contribuição para o desenvolvimento da política ambiental do Mato Grosso, e as atividades in loco no norte e noroeste de Mato Grosso em diversos municípios, o ICV é o proponente mais bem posicionado para essa proposta em Mato Grosso. As principais instituições da sociedade civil que atuam com esses temas em Mato Grosso além do ICV são: IPAM, ONF, ISA, EII. O ICV não está desenvolvendo propostas para outras regiões ou jurisdições nessa janela de financiamento.

Em relação à capacidade de gestão financeira e administrativa, o ICV possui 27 anos de experiência com um portfólio de diversos projetos de financiadores nacionais e internacionais, conta com uma equipe técnica, administrativa e financeira de alta qualificação e geriu com sucesso nos últimos 3 anos um orçamento médio anual de 10 milhões de reais⁵.

Essa proposta foi construída alinhada aos objetivos dos Padrões Sociais e Ambientais (SES) do PNUD de: (i) fortalecer os resultados sociais e ambientais de Programas e Projetos apoiados pelo PNUD; (ii) evitar impactos adversos a pessoas e ao ambiente; (iii) minimizar, mitigar e administrar impactos adversos que não são possíveis de serem evitados; (iv) fortalecer as capacidades da UNDP e parceiros para administrar riscos sociais e ambientais; e (v) garantir o engajamento pleno e efetivo de partes interessadas, incluindo um mecanismo de resposta a queixas e reclamações de pessoas afetadas pelo projeto. O ICV confirma estar capacitado para aplicar esses padrões.

⁵ Relatórios de Atividades e financeiros do ICV: <https://www.icv.org.br/category/biblioteca/relatorios-de-atividades/>

Tabela 1 Características da estratégia jurisdicional de baixo carbono de MT e dos seus planos de investimento (em vermelho algumas possíveis entregas do projeto)

Objetivo/público alvo	(a) Estratégia	(b) Planos de investimento	(c) Financiamento
Comando e controle	Documento da Estratégia PCI com metas detalhadas até 2030 que incluem uma visão transversal das necessidades de transformação da produção agrícola estadual, de conservação, e da equidade social. Participam da estratégia e do seu conselho as diferentes secretarias estaduais além de mais de 30 parceiros da sociedade civil incluindo representações do setor privado (varejistas, produtores e indústria), das ONG	PPCDIF com objetivos quantitativos detalhados, “pacotes” de ações, instrumentos de monitoramento específicos e um conselho multistakeholder	Financiado com recursos governamentais e com recursos de fortalecimento institucional do programa REM (40% de 178 milhões de reais)
Commodities		Planos municipais e regionais da PCI (ex. PCI compacts) e mapas de riscos Faltam ainda incentivos, especificamente na parte de áreas de uso restrito dos Pantanais e Áreas de Preservação Ambiental que possuem restrição de uso	Financiamentos privados como Andgreen, Partnership for Forest, e Fundo Althelia Componente de agricultura patronal do programa REM (10% de 178 milhões de reais)
Agricultura familiar (incluindo atividades produtivas para populações tradicionais)		Plano Estadual de Agricultura Familiar, dentro do qual está incluso o subprograma agricultura familiar REM/MT Esse subprograma tem objetivos quantitativos detalhados, “pacotes” de ações, instrumentos de monitoramento específicos incluindo salvaguardas. O conselho Gestor de REDD (paritário e com participação de representante da sociedade civil) tem papel de aprovação e monitoramento do subprograma.	Financiado com recursos governamentais (PPA e FETHAB) e com recursos do subprograma Agricultura familiar REM/MT (36% de 178 milhões de reais)
Populações Indígenas		Subprograma indígena REM/MT (em desenvolvimento até final de 2018) . As atividades financiadas pelo subprograma serão definidas através de diversas oficinas na aldeia e deverão contar com um diagnóstico socioprodutivo, objetivos quantitativos detalhados, “pacotes” de ações, instrumentos de monitoramento específicos incluindo salvaguardas. O conselho Gestor de REDD (paritário e com participação de representante da sociedade civil) tem papel de aprovação e monitoramento do subprograma.	Financiado com recursos governamentais (PPA) e com recursos de fortalecimento institucional do programa REM (13% de 178 milhões de reais)
Adaptação	Adaptação ainda não está inclusa no escopo da estratégia PCI	Plano de adaptação precisa ser pensado para reforçar a resiliência das práticas produtivas financiadas no âmbito da estratégia PCI, incluindo abordagens para biodiversidade e serviços ecossistêmicos e povos e populações tradicionais	Atividades a serem inseridas nos subprogramas de REM/MT já financiados

1.3. Oportunidades Estratégicas

O governo de Mato Grosso, através de sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), da Secretaria Estadual de Agricultura Familiar (SEAF), da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Comércio (SEDEC) e da Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI), está finalizando o detalhamento da estratégia de repartição de benefícios do Programa REM Mato Grosso. A implementação dessa estratégia será fundamental para atingir as metas da declaração de Rio Branco. Nos próximos meses, serão finalizados os subprogramas de fortalecimento institucional (40% do recurso total, incluindo recursos para coordenação do programa, controle do desmatamento e monitoramento de salvaguardas), agricultura familiar (cerca de 37% do recurso total para cadeias da sociobiodiversidade, do leite e de restauro) e de médios produtores (10% do recurso total para práticas inovadoras de manejo florestal, pecuária e soja). Um primeiro desembolso está previsto para o mês de agosto e o desembolso de recursos para beneficiários diretos no final de 2018. Enquanto isso, o subprograma indígena (13% do recurso) vai seguir em fase de consulta, com um processo de preparação facilitado pela Federação Estadual dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) e pelo ICV com o apoio da GIZ.

Em paralelo, outros processos de definições ligados à implementação do sistema de REDD+ e de atividades diretas de redução do desmatamento devem também passar por etapas importantes em 2018 e 2019. Uma Manifestação de Interesse Privado (MIP) para a operacionalização do sistema de REDD+, a criação de uma plataforma de créditos e o apoio às cadeias de produção livre de desmatamento está sendo desenhada pelo Fundo Althelia e deve entrar em fase de licitação nesse mesmo período. Fundos como o fundo Partnership for Forest, a Carbon trust ou o Fundo Permian devem também concretizar investimentos no Estado definindo até 2019 portfólios de projetos.

Essa fase de definição apresenta diversos desafios pela ambição participativa da estrutura atual da governança do sistema de REDD+. A capacitação, o empoderamento e o envolvimento dos membros das diferentes instâncias participativas será fundamental para garantir a priorização dessa agenda nos próximos meses. Nesse cenário, as principais instâncias de tomada de decisão são: (1) o Conselho Gestor, (2) o Cegrem e (3) o Fórum de Mudanças climáticas. O Conselho Gestor de REDD+ toma as decisões quanto à repartição de benefícios é paritário, juntando 6 representantes da sociedade civil e 6 representantes do governo. O Conselho Estadual do REM (CEGREM) garante uma visão das diferentes secretarias que terão que coordenar as atividades do REM. Por fim, o Fórum de Mudanças climáticas também ocupa um papel importante nas preparações e no detalhamento dos subprogramas.

Com a aproximação do momento eleitoral, a importância desse sistema de governança participativa aumenta, já que a saída de várias lideranças políticas dos cargos de chefia governamentais e o acirramento de tensões entre as pautas de meio ambiente e de agricultura, pode tornar a tomada de decisão mais complicada e mais morosa. Também corre o risco de disseminação de informações falsas ou com pouca acurácia em termos de dinâmica do uso do solo. Finalmente, os riscos de aumento do desmatamento são bem mais fortes nesse período. A partir de 2019, uma mudança geral dos membros do CEGREM bem como das cadeiras das secretarias de Estado de Mato Grosso no Conselho Gestor poderá, também, ter um grande impacto na continuidade do processo.

Já que existe um risco de o calendário eleitoral e a possível transição de um novo governo dificultar as definições, bem como, a implementação do primeiro ano do REM, é fundamental estabelecer garantias específicas de solidez da estratégia estadual de REDD+ com foco específico sobre: (1) o empoderamento dos atores das 3 instâncias do sistema de governança participativa do sistema de REDD+; (2) a produção de

informação de monitoramento ainda faltando para garantir credibilidade e transparência ao sistema nesse período e (3) o aprofundamento de alguns planos de investimentos para ter outras propostas a ser financiadas.



Figura 5: Teoria da mudança de Mato Grosso, da situação atual aos objetivos da Declaração de Rio Branco

1.4. Objetivos e Resultados Esperados

Tabela 2 Monitoramento dos objetivos e resultados

Resultados esperados	Objetivo (outcome)	Indicadores dos resultados	Fonte de dados	Linha de base		Metas para 2018 e 2019	Conjunto de dados, métodos e riscos	Principais pressupostos
				Valor	Ano			
1. A “universidade da floresta” e os workshops do Fórum de Mudanças Climáticas fortalecem o sistema participativo de governança estadual de REDD+ entre agosto de 2018 e dezembro de 2019	Tomadas de decisão do sistema de REDD+ não são ameaçadas pela troca política 2018/2019 a partir de um fortalecimento de capacidades e da participação	<p>1.1. A universidade das florestas é montada e pauta as reuniões do Fórum de Mudanças Climáticas com workshops específicos</p> <p>1.2. O CEGREM reúne e toma decisões de forma informada quanto ao REM</p> <p>1.3. Populações tradicionais são representadas no Conselho Gestor de REDD+</p> <p>1.4. Fórum de Mudanças Climáticas fornece subsídios à política de mudanças climáticas e à política de REDD+</p> <p>1.5. O subprograma indígena REM/MT passa por uma ampla consulta pública</p> <p>1.6. Mulheres são capacitadas e participam do Fórum de Mudanças Climáticas</p>	<p>1.1 Atas das reuniões do Fórum de Mudanças Climáticas</p> <p>1.2 Atas das reuniões do CEGREM</p> <p>1.3 Resolução do Conselho Gestor</p> <p>1.4 Atas das reuniões do Fórum de Mudanças Climáticas</p> <p>1.5 Atas das audiências públicas</p> <p>1.6 Lista de presença das reuniões do Fórum de Mudanças Climáticas</p>	<p>1.1 1 reunião</p> <p>1.2 0 reuniões</p> <p>1.3 0 resoluções</p> <p>1.4 1 reunião</p> <p>1.5 0 consulta oficial</p> <p>1.6 27% de participação feminina</p>	2018	<p>1.1 4 reuniões por ano</p> <p>1.2 1 reunião em 2018 e 3 reuniões em 2019</p> <p>1.3 1 resolução com a nomeação da/o representant e das populações tradicionais em 2019</p> <p>1.4 4 reuniões por ano com claras recomendações para a política de REDD+ e de Mudanças climáticas em 2018 e 2019</p> <p>1.5 1 audiência pública e 1 processo de</p>	Os dados de monitoramento serão coletados em documentos oficiais.	<ul style="list-style-type: none"> • O programa REM não pagará os custos de transação e de participação em 2018 e 2019 • O período eleitoral é um momento com maior dificuldade de tomada de decisão governamental e possivelmente uma renovação dos tomadores de decisão em 2019; • Os novos tomadores de decisão sobre o recurso do REM eleitos não têm conhecimento sobre REDD+; • Parceria entre equipes técnicas e a sociedade civil garantem continuidade nos períodos eleitorais; • Processos de capacitação como a “universidade da

Resultados esperados	Objetivo (outcome)	Indicadores dos resultados	Fonte de dados	Linha de base		Metas para 2018 e 2019	Conjunto de dados, métodos e riscos	Principais pressupostos
				Valor	Ano			
						consulta on line 1.6 50% de participação feminina		floresta” no âmbito do Fórum de Mudanças climáticas garantem a participação ativa e o interesse das pessoas
2. Informações faltando no monitoramento da PCI e do SISRedd são produzidas e disponibilizadas	A disponibilidade de informações chave no período 2018/2019 asseguram a credibilidade e da política climática de Mato Grosso	<p>2.1 Mapa de vegetação primária do estado de MT é finalizado</p> <p>2.2 Mato Grosso é o primeiro estado amazônico a ter um monitoramento anual da restauração</p> <p>2.3 Dinâmicas produtivas das populações indígenas são mapeadas em nível estadual</p> <p>2.4 Plataformas da sociedade civil demonstram os avanços da jurisdição de Mato Grosso</p> <p>2.5 O governo de Mato Grosso se compromete com um plano de governo aberto na iniciativa Open Government Partnership</p>	<p>2.1 Site da SEMA/MT</p> <p>2.2 Site da PCI</p> <p>2.3 Diagnóstico da Superintendência de assuntos indígenas</p> <p>2.4 Mapbiomas, Trase, PCI monitor e Indicar</p> <p>2.5 Plano de governo aberto</p>	<p>2.1 Mapa está inacabado e dificulta atividades de monitoramento</p> <p>2.2 Balanço das metas existe para 2015 e 2016 sem dados sobre restauro</p> <p>2.3 Não existe dados sobre a produção indígenas</p> <p>2.4 Dados das plataformas da sociedade civil são genéricos (mapbiomas e trase) ou de anos anteriores</p> <p>2.5 Esse plano ainda não existe</p>	2018	<p>2.1 Mapa finalizado</p> <p>2.2 Balanço oficial das metas PCI anual está disponível (2017 e 2018)</p> <p>2.3 Produção indígena inventariada por Terra Indígena para 2017</p> <p>2.4 Dados municipais sobre restauro, comercio da soja, metas da PCI e implementação do PPCDIF estão divulgados em 4 plataformas da sociedade civil;</p> <p>2.5 Plano montado</p>	Os dados de monitoramento serão coletados em documentos oficiais e nas plataformas de monitoramento da sociedade civil	<ul style="list-style-type: none"> Dados completos para o monitoramento irão trazer robustez e permitir controle social e pressão por parte de mercado e sociedade para a redução do desmatamento As plataformas da sociedade civil são chave para mostrar a transparência e trazer a credibilidade necessária à MT

Resultados esperados	Objetivo (outcome)	Indicadores dos resultados	Fonte de dados	Linha de base		Metas para 2018 e 2019	Conjunto de dados, métodos e riscos	Principais pressupostos
				Valor	Ano			
3. Planos de investimento para atividades produtivas complementam o quadro atual da estratégia de baixo carbono de MT	Garantir novos financiamentos	<p>3.1 Análise de fluxos financeiros atuais permite avaliar gap e orientar novos investimentos</p> <p>3.2 Subprograma REM indígena é finalizado</p> <p>3.3 Subprograma indígena inclui uma visão sobre as atividades produtivas implementadas por mulheres;</p> <p>3.4 Incentivos para regiões de restrição de uso são definidos através de estudos preliminares e programa de REDD+ aprovados pelo Conselho Gestor</p> <p>3.4 Atividades do REM são revistas em função de novas informações sobre cenário de adaptação no Estado</p>	<p>3.1 Indicadores de monitoramento dos programas de REDD+ (em resolução do Conselho gestor ou pelos próprios investidores)</p> <p>3.2 Site do REM/MT e ata do Conselho gestor e do CEGREM</p> <p>3.3 Site do REM/MT e ata do Conselho gestor e do CEGREM</p> <p>3.4 Ata do Conselho gestor</p> <p>3.5 Ata do Conselho Gestor e do CEGREM</p>	<p>3.1 ainda não existe dados sobre isso</p> <p>3.2 Ainda não existe</p> <p>3.3 Ainda não existe</p> <p>3.4 Ainda não existe</p> <p>3.5 Ainda não existe</p>	2018	<p>3.1. Fluxos financeiros climáticos são monitorados por indicadores oficiais;</p> <p>3.2 O subprograma REM indígena é aprovado pelo governo e pela sociedade civil;</p> <p>3.3 O subprograma indígena possui atividades específicas para mulheres;</p> <p>3.4 Programa REDD+ para regiões com restrição de uso é apresentado no Conselho Gestor</p> <p>3.5 Planos de adaptação estão discutidos pelo CEGREM e pelo Conselho Gestor</p>	Os dados de monitoramento serão coletados em documentos oficiais do governo de MT e documentos oficiais dos financiadores de programas de REDD+ de MT.	<ul style="list-style-type: none"> Existem recursos internacionais empenhados até 2020 que podem ser acessados pelo Estado de Mato Grosso A produção agrícola pelas populações indígenas e nos seus territórios deve ser fomentada para garantir a preservação da floresta em pé Existem atores privados interessados em acessar esses recursos para garantir uma produção livre desmatamento

1.5. Descrição das atividades

A análise do contexto atual permite estabelecer medidas de mitigação para o período de 2018 a 2019, garantindo que as instabilidades do período pré e pós-eleitoral não impactem sobre a atual captação do programa REM e facilitem captações futuras. Dessa forma, espera-se agilidade para a implementação dos primeiros subprogramas do REM/MT, e nos próximos anos implementação de programas adicionais, levando o Mato Grosso aos objetivos da declaração de Rio Branco.

O plano de trabalho se organiza em torno de 3 prioridades:

- (1) O empoderamento dos atores do sistema de governança participativa do sistema de REDD+:

Esse componente do projeto procura garantir que os espaços de tomada de decisão sejam investidos pelo governo e pela sociedade civil facilitando a tomada de decisão. Para isso, duas frentes serão priorizadas.

A primeira visa estabelecer uma grande iniciativa de capacitação, aqui denominada de “universidade da floresta”. Essa articulação contará com parcerias com universidades de Mato Grosso (UNEMAT), universidades estrangeiras (Universidade da Florida e potencialmente a universidade do Colorado) e com a participação de especialistas nacionalmente reconhecidos nos assuntos tratados. Para cada tema será organizado um workshop específico, bolsas serão disponibilizadas para alunos das universidades brasileiras e certificados universitários serão emitidos. Pretende-se abordar nesses workshops, com um enfoque Mato-grossense, os temas seguintes: Redd+ e Mudanças climáticas; Políticas de redução do desmatamento e da degradação florestal; Commodities e práticas produtivas de baixo carbono; Resiliência da agricultura familiar; Participação pública e populações tradicionais de Mato Grosso; Cenários de adaptação. Espera-se o envolvimento contínuo de 30 pessoas que participam de diversos espaços de tomada de decisão do Sisredd/MT capacitando eles e possibilitando o protagonismo deles nesses espaços. Público alvo dessa iniciativa, as 30 pessoas serão a 50% mulheres e terão uma composição especificamente pensada para fortalecer os espaços de tomada de decisão de REDD+ (ver Tabela 2). A “universidade da floresta” será implementada do início até o fim do projeto e esperamos que sejam firmadas parcerias que consigam se manter depois da finalização do projeto.

Tabela 3 . Potenciais participantes da Universidade da Floresta

Espaços de tomada de decisão de REDD+	Papel no funcionamento do SISREDD	Potenciais participantes	Estratégia específica para contemplar a participação de mulheres e jovens
Cegrem	Aprova a composição do programa REM/MT	10 participantes escolhidos entre os representantes e suplentes da Casa civil, da Procuradoria Geral do Estado, da SEMA/MT, da SETAS, da SEAF, da PCI e da superintendência de assuntos indígenas	Meta de participação mínima de 50% de mulheres
Conselho Gestor de REDD+	Aprova a repartição de benefícios, novos programas de REDD+ e monitora	10 participantes escolhidos entre os representantes e suplentes da FUNAI, do INCRA, do IBAMA, da SEPLAN, da SEAF, da SEMA/MT, da sociedade civil, da FEPOIMT, da FAMATO, do CREA, do setor de base florestal, e da Fetagri	Meta de participação mínima de 50% de mulheres

Fórum de Mudanças Climáticas	Papel consultivo. Pode fornecer recomendações e detalhar os programas de REDD+	10 participantes escolhidos nas 20 organizações que participam do Fórum	Mapeamento prévio de organizações e lideranças mulheres e jovens para entrar dentro do Fórum de MC
-------------------------------------	--	---	--

A segunda frente de atividades de empoderamento deve permitir garantir a participação das populações tradicionais nas consultas públicas a serem organizadas no final do ano de 2018. A Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso está hoje coordenando, com o apoio do ICV e da GIZ, um processo de construção do componente indígena que levará a discussão do componente nas 7 regionais indígenas de Mato Grosso para permitir um processo de formação livre e previamente informado durante o ano de 2018. Nesse processo ainda faltam dois elementos chave: uma abordagem específica para mulheres e um processo governamental de apoio à tomada de decisão. A abordagem específica para mulheres indígenas foi desenhada para atender as dificuldades de participação de mulheres de algumas etnias nas oficinas mistas e para garantir tanto uma logística específica quanto a discussão de atividades específicas em um das 8 oficinas do processo de construção do subprograma indígena⁶. Nesse sentido, o presente projeto permitirá a realização de uma oficina voltada especificamente para as mulheres indígenas em agosto de 2018 e um trabalho de divulgação e apoio à discussão do componente indígena por meio de capacitações específicas promovidas pela Superintendência de assuntos indígenas de outubro a dezembro de 2018.

(2) A produção e a disponibilização de informações de monitoramento complementares:

O Estado de Mato Grosso tem hoje diversos sistemas de monitoramento, tanto para o nível estratégico, quanto para o nível operacional. Esses sistemas ainda têm algumas lacunas que impedem uma visão completa da dinâmica do uso do solo. Tanto a produção quanto a divulgação dessas informações são consideradas chave para garantir credibilidade e a transparência às atividades.

Para garantir essa credibilidade, o projeto focará na produção de duas informações principais: a validação em campo pela SEMA/MT do mapa de vegetação primária de Mato Grosso e a produção de um mapeamento completo em nível estadual da restauração em parceria com a iniciativa da sociedade civil Mapbiomas.

Essas informações não serão produzidas pelo programa REM já que as atividades de monitoramento do programa REM devem focar no monitoramento das salvaguardas de REDD+ e no monitoramento das atividades financiadas: será monitorado o restauro implementado nas propriedades que receberam apoio no âmbito do subprograma de apoio às cadeias da agricultura familiar ou de adequação produtiva das propriedades medias. Dessa forma, o monitoramento da restauração florestal terá como foco a implementação de atividades, sendo um escopo de uma escala diferente do escopo estadual de monitoramento da metas da PCI de recomposição de 2.3 milhões de hectares.

Um esforço específico também será realizado para a disponibilização das informações em plataforma da sociedade civil “Indicar” (desenvolvida pelo IPAM) e “PCI Monitor” (desenvolvido pelo Earth Innovation Institute – EII com dados gerados pelo GT de Monitoramento da PCI, liderado pelo ICV) no âmbito da estratégia PCI. Além disso, as principais informações do Sistema REDD+ e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA/MT) serão disponibilizadas num plano de governo aberto.

⁶ Em cada uma das 7 oficinas do processo atual também está reservado um tempo da agenda para a discussão de gênero do subprograma indígena (discussão sobre a desigualdade de gênero e sobre o papel das mulheres na definição e na implementação das atividades).

(3) A complementação de planos de investimentos atuais:

Mato grosso está hoje desenvolvendo a sua estratégia de repartição de benefícios para agricultura familiar, médias propriedades e populações indígenas. Planos de investimento para as cadeias do extrativismo (Castanha-do-brasil, Babaçu, Cumbaru, Pequi, entre outros), as cadeias do restauro (sementes), a fruticultura e a cadeia do leite estão sendo elaborados. Surgiram nesse desenvolvimento desafios de cunho técnico para implementar no chão soluções inovadoras.

Entre eles, se destacam a falta de informação sobre adaptação às mudanças climáticas, já que o Estado de Mato Grosso não possui mapa de vulnerabilidade, nem planos de adaptação para biodiversidade ou populações tradicionais. Esse projeto pretende custear a produção de insumos (mapa de vulnerabilidade e planos de adaptação) via contratação de especialistas nacionalmente reconhecidos.

Destaca-se também a falta de informações sobre a dinâmica socioprodutiva em terras indígenas (quais são as principais cadeias a serem apoiadas, como garantir o empoderamento das associações e organizações produtivas indígenas e quais tipos de mecanismo de acesso precisa ser desenhado) limitando as discussões quanto ao conteúdo técnico do subprograma indígena. Para isso, a Superintendência de Mato Grosso pretende contratar uma consultoria para o acompanhamento e o levantamento dessas informações nas oficinas de consulta do REM/indígena.

Finalmente, a questão da captação de recursos para os atores que implementam atividades de REDD+ precisa ser melhor entendida quanto ao seu alcance atual (entender o quanto os beneficiários conseguem captar recursos diretamente e mapear os intermediários nessa captação) bem como quanto à diversidade de fontes que podem potencialmente ser mobilizadas. Para produzir insumos sobre essa questão será realizado no segundo semestre de 2019 um estudo baseado na ferramenta do Climate Policy Initiative.

1.6 Plano de Implementação e Prazo: 18 meses

Tabela 4 Planejamento das atividades

Resultados esperados	Atividades planejadas	Responsável (governo ou parceiro)	Agenda de implementação					
			Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6
1. O sistema participativo de governança estadual de REDD+ é fortalecido entre agosto de 2018 e dezembro de 2019	1.1 Iniciativa “Universidade da floresta” é montada	Ambos	■					
	1.2 Workshops do Fórum de Mudanças climáticas são organizados	Governo (SEMA/MT)		■	■	■	■	
	1.3 Consultas específicas são realizadas com populações tradicionais e mulheres	Governo (Superintendência de Assuntos Indígenas)	■	■	■			
Monitoramento	1.1 Relatórios de reuniões de preparação, grade curricular e termos de parcerias da iniciativa “universidade da Floresta”, 1.2 Relatórios e cobertura de comunicação dos workshops, 1.3 Atas das etapas de consultas.							
2. A credibilidade da política climática de Mato Grosso é assegurada com a disponibilidade de informações chave nesse período	2.1 Mapeamento da vegetação de Mato grosso é validado em campo	Governo (SEMA/MT)	■	■				
	2.2 Restauração é mapeada em nível estadual em parceria com o Mapbiomas	ICV	■	■			■	■
	2.3 Plataformas PCI Monitor e Indicar são alimentadas	ICV		■				■
Monitoramento	2.1 Metodologia, plano de trabalho e mapeamento final; 2.2 Relatórios de reuniões de preparação, termo de parceria com o Mapbiomas, metodologia e mapeamento; 2.3 Publicações de monitoramento anual da PCI							
3. Planos de investimento para atividades produtivas complementam o quadro atual da estratégia de baixo carbono de MT	3.1 Levantamento socioprodutivo em terras indígenas é realizado nas oficinas de construção do subprograma indígena	Governo (Superintendência de Assuntos Indígenas)		■				
	3.2 Planos de adaptação para biodiversidade e populações tradicionais são desenvolvidos baseado em um mapa de vulnerabilidade	Governo (SEMA/MT)			■	■	■	
	3.3 Estudos são realizados para providenciar incentivos para as regiões de restrição de uso do estado		■	■				
	3.4 Análises dos fluxos financeiros quanto ao alcance e ao potencial dos fluxos financeiros climáticos são realizadas	ICV					■	■
Monitoramento	3.1 Termos de referência, propostas comerciais recebidas, metodologia e levantamento, subprograma; 3.2 TDR, propostas comerciais, metodologia, mapa de vulnerabilidade e planos; 3.3 TDR, propostas comerciais, metodologia e estudos com recomendações; 3.4 Metodologia e avaliação.							
Avaliação	Contratação de avaliação independente de impacto e sistematização de lições aprendidas							

1.7 Temas Transversais

Interação com um Quadro Político mais Amplo

A estratégia proposta aqui consiste em um plano de mitigação dos impactos do período eleitoral. Com isso, a estrutura está moldada no calendário das atividades planejadas para a implementação das políticas estaduais de desenvolvimento de baixo carbono como o fortalecimento de espaços de tomada de decisão da política do SISREDD, o monitoramento da estratégia PCI, e o detalhamento de políticas já existentes.

Um ponto de integração que será também trabalhado será a articulação com as instâncias do governo federal como a CONAREDD e as Câmaras Técnicas Consultivas. Nesses espaços serão apresentados os avanços dos planos de investimentos do nível estadual e as informações de monitoramento produzidas.

Por fim, vale ressaltar que o projeto contribuirá diretamente com a NDC brasileira. O estado de Mato Grosso é fundamental para conseguir atingir essas metas, já que é o segundo estado com maior emissão [de Gases de Efeito Estufa](#) (GEE) no Brasil, representando cerca de 10% das emissões brasileiras. Como na maior parte dos estados, as emissões de Mato Grosso vêm principalmente do setor de agricultura e mudanças do uso da terra, sendo que o desmatamento e as queimadas são os grandes responsáveis, com 67%, enquanto a agropecuária contribui com outros 28% (SEEG, 2017).

Parcerias

O projeto se apoiará sobre diversas parcerias. Acordos formais serão assinados com setores da UNEMAT e da Universidade da Flórida definindo os recursos disponíveis de ambas as partes, as demandas específicas de capacitação e um calendário de implementação as atividades. Em troca de recursos de logística para pesquisa teremos a participação do corpo acadêmico dessas universidades e o reconhecimento acadêmico da formação. A GIZ também é um importante parceiro do projeto, já que boa parte das atividades de empoderamento serão organizadas para reforçar processo organizados com o apoio da GIZ. A empresa de cooperação Alemã tem hoje recursos assegurados para trabalhar junto ao estado de Mato Grosso até meado de 2019. Finalmente, no âmbito do desenvolvimento do subprograma indígena, o principal parceiro é a Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) já que as atividades de capacitação e de construção do subprograma indígena serão implementadas no âmbito de um processo liderado pela FEPOIMT e apoiado pelo ICV e a GIZ.

Participação das Partes Interessadas

A participação das partes interessadas ao projeto se dará principalmente através do Fórum de Mudanças climáticas e do processo de construção do componente indígena.

No âmbito do Fórum de Mudanças Climáticas participam cerca de 20 instituições da sociedade civil, do setor produtivo, da academia, do governo federal e do governo de Mato Grosso. O caráter consultivo do espaço permite, a quem estiver interessado, uma participação livre. O fórum será o principal espaço da “universidade da floresta” garantindo com a sua abertura um alcance das partes interessadas. Para o sucesso dessa iniciativa será implementado um esforço específico para fortalecer a participação de jovens, estudantes, atores da agricultura familiar e das populações tradicionais. Para isso, será montada no início do projeto uma estratégia de contato e envolvimento, incluindo um mapeamento de organizações.

Para associar os cerca de 60.000 indígenas do estado na definição das atividades do REM, o processo de consulta deve seguir um calendário definido em oficinas passadas organizadas pela FEPOIMT e pelo governo do Mato Grosso com o apoio da GIZ e do ICV. De Maio a Outubro de 2018, serão organizadas 7

oficinas de capacitação e construção de conteúdo nas aldeias das 7 regionais da FEPOIMT. De outubro a dezembro de 2018, a Superintendência de assuntos indígenas passará a liderar a proposta do subprograma com uma fase de consulta oficial.

Integração de Gênero

A questão do gênero será contemplada pelo projeto com abordagens específicas e abordagens mais gerais.

Atividades de fortalecimento das mulheres indígenas foram desenhadas numa oficina realizada em Abril de 2018 pela FEPOIMT. Nessa oficina as 30 participantes oriundo de diversas etnias do Estado desenharam um plano de trabalho para 2018, incluindo a realização de um workshop específico sobre o subprograma indígena e o estabelecimento de critério de participação no processo liderado pela FEPOIMT. Nos workshops organizados no âmbito do Fórum de Mudanças Climáticas, a questão do gênero será trabalhada de forma transversal para cada tema, tendo no primeiro evento uma palestra introdutória para garantir um olhar específico sobre o tema tanto nas próprias interações das capacitações da Universidade da Floresta, quanto nos temas abordados.

Além dessa abordagem específica, será importante utilizar as boas práticas de integração de gênero desenvolvidas no ICV: garantir a paridade da equipe, organizar mesas de evento com a participação de mulheres e reservar, sempre que for possível, as primeiras perguntas para mulheres.

De forma geral, os eventos organizados no âmbito do projeto levarão em consideração o componente de gênero no agendamento e na facilitação, garantindo que dependendo do público, barreiras específicas de participação ligadas ao gênero não sejam empecilhos nas contribuições realizadas. Essa facilitação será feita por homens e mulheres para evitar segregação por gênero. Para os eventos organizados em Cuiabá no âmbito da Universidade da floresta foi considerado que não será necessário um horário o lugar diferente do atual. Já para as oficinas e audiências públicas indígenas, esses detalhes serão específicos às particularidades étnicas.

Gestão de Conhecimento e Comunicações

A implementação de um processo de participação para o detalhamento de planos de investimento de REDD+ exige um esforço grande de registro das atividades implementadas, garantindo que as diferentes características do processo e as escolhas metodológicas sirvam para lições aprendidas. Nesse sentido, a “universidade da floresta” consiste também numa tentativa de aproximar a academia do processo em curso para ela poder ajudar os atores na reflexão quanto ao passo a passo de atividades.

As informações produzidas nesse projeto participarão desse esforço de geração de lições aprendidas e serão publicadas e concentradas na página de REDD+ do site da SEMA/MT sendo replicadas pelas mídias sociais dos parceiros. Além disso, as informações produzidas pelas atividades de monitoramento alimentarão as plataformas da sociedade civil (Indicar, Mapbiomas, PCI Monitor).

2. Riscos, Monitoramento e Avaliação

2.1. Gerenciamento de Riscos

Foram mapeados os seguintes riscos internos ao projeto:

- Novo governo de MT decide interromper as atividades do SISREDD. Esse risco foi considerado extremamente baixo, já que o Sistema de REDD+ de MT é amparado na legislação e já dispõe de

recursos para execução. As atividades de capacitações do projeto permitirão envolver os diferentes níveis do governo e circular informações para diminuir esse risco;

- Populações indígenas decidem não participar do subprograma indígena do REM/MT. Esse risco foi considerado médio, já que ainda existem incertezas e confusões em relação à natureza do mecanismo do programa REM. As oficinas de construção do subprograma indígena e as atividades de capacitação serão chave para a mitigação desse risco.
- Programas de REDD+ desenhados e implementados durante o período do projeto aumentam as desigualdades sociais ou de gênero. Esse risco foi considerado médio, já que existem dificuldades logísticas e desafios de representação que impedem maior participação na definição e na implementação das atividades. Também existem barreiras culturais importantes em relação à desigualdade de gênero. Por isso, serão implementados mapeamentos prévios de atores visando o estabelecimento de estratégias específicas de envolvimento para garantir a redução dessas variáveis.

Em termos de riscos externos, foram considerados os pontos seguintes:

- Desmatamento aumenta mais que o gatilho de 1.700 km² estabelecido pelo contrato com o KFW e o BEIS. Pelo padrão de desmatamento atual, esse risco é baixo, já que a última taxa passando desse número foi em 2008 com uma situação de comande e controle bem abaixo da atual. A circulação de informações sobre o uso do solo deve permitir reforçar a cobrança e o entendimento da sociedade sobre a necessidade de reduzir o desmatamento.
- Movimentos contra REDD+ estabelecem narrativas contra o programa REM/MT. Esse risco foi considerado médio, já que o programa do REM do Acre, assim como projetos de escala menor já sofreram impactos diretos de descredibilização em escala nacional e internacional. Em Mato Grosso, diferentes grupos como o CIMI ou o FORMAD inicialmente críticos à REDD+ tem acompanhado às atividades. Para mitigar esse risco, serão realizadas reuniões e apresentações com os grupos críticos aos subprogramas em questão.

2.2. Monitoramento e avaliação

O projeto usará diversas ferramentas de implementação e monitoramento das atividades. Uma delas será o uso de uma plataforma interna de organização das atividades que permite conjuntamente a integração e a visualização das responsabilidades da equipe do projeto assim como o acompanhamento das mesmas. Em nível administrativo, a equipe do ICV fornecerá desde o início do projeto os devidos manuais de gastos e comprovação de despesas para garantir o bom acompanhamento das atividades. O uso dessas ferramentas permitirá informações ágeis nas reuniões de projeto uma vez por mês.

Para garantir uma avaliação final que levante o impacto da intervenção e registre as lições aprendidas, o ICV contratará com recursos do projeto uma consultoria para avaliação independente dos impactos do projeto.

2.3. Sustentabilidade dos Resultados

A sustentabilidade dos resultados desse projeto se apoia em três elementos: (1) uma definição previa envolvendo os atores e levando em consideração as suas agendas, (2) uma profunda integração das atividades numa agenda pública já preestabelecida e (3) a entrega de produtos chave para a obtenção de atividades em escala fortalecendo a manutenção da floresta em pé.

As atividades que compõem essa proposta de projeto foram construídas num processo de diálogo que associou diversos atores interessados pela sua implementação. As atividades foram montadas de forma a

municar a SEMA/MT, a Superintendência de assuntos indígenas (SAI/MT) e a sociedade civil, através do Fórum de Mudanças Climáticas e da FEPOIMT. Atendendo agendas definidas em conjunto, o projeto garante a sustentabilidade dos resultados.

Além disso, as atividades desenhadas nesse projeto estão totalmente integradas na agenda de políticas públicas e privadas de baixo carbono. As atividades foram estruturadas de forma transversal e apoiando, tanto o nível estratégico com informações chaves de monitoramento quanto atividades operacionais com ações de capacitação e comunicação. A inserção complementar dessas atividades em políticas já em curso garante continuidade dos resultados.

Finalmente vale também destacar que o projeto deve entregar produtos chave para dar escala e atingir um novo patamar de captação. O estabelecimento da “universidade da floresta” deve iniciar parcerias que terão continuidade nos próximos anos. Assim, a entrega de um subprograma indígena amplamente discutido e consensuado com as populações indígenas devem garantir um primeiro aporte do REM e ampliar possíveis captações. Da mesma forma, a comprovação da solidez do monitoramento e o detalhamento de planos de investimento adicionais devem atrair novos financiamentos e garantir a sustentabilidade dos resultados do projeto.

3. Orçamento (a ser incluído em um arquivo separado do Excel)

Anexo 1: Áreas de Auto-Avaliação

Estratégias Jurisdicionais Existentes

- Existe uma estratégia de REDD + jurisdicional existente? Sim Não

Em caso afirmativo, por favor, forneça nome, ano de aprovação e o link online da estratégia.

Estratégia Produzir Conservar e Incluir (ver a descrição na p.5 a 7), apresentada na COP21 em 2015, oficializada pelo decreto nº468 de Março de 2016. <http://pci.mt.gov.br/>

- Qual a cobertura geográfica da estratégia? O estado de Mato Grosso
- Quais os motores do desmatamento (diretos e subjacentes)? Quais agentes de desmatamento/mudança estão associados? Ver a descrição detalhada nas p. 4 a 5 da proposta
- Como a estratégia se encaixa no quadro político mais amplo, incluindo políticas setoriais? Há alguma inconsistência? Ver o esquema da figura 3 na p.5
- Existe uma ligação entre a estratégia jurisdicional e a estratégia ou processos nacionais de REDD +? Sim Não Através do sistema de REDD+ de Mato Grosso e da participação na Conaredd.

E quanto aos processos globais? Sim Não Em caso afirmativo, por favor, descreva.

A estratégia PCI consiste na contribuição do Estado de Mato Grosso na mitigação das mudanças climáticas globais com 6 Gton de CO₂ de emissões evitadas e de sequestro de carbono. Com uma ambição global, ela procura estabelecer canais de financiamentos públicos e privados em nível global.

O sistema de REDD+ de Mato Grosso se configura como uma forma de implementação da PCI, garantindo uma parte da ligação com financiamentos globais. A captação de recursos está sendo hoje trabalhada com diversos tipos de financiamento (Bancos públicos e recursos bilaterais como o KFW e o Beis, recursos privados com o fundo Althelia e Permian) e está ancorada nas negociações da Conaredd garantindo um alinhamento com a posição brasileira na UNFCCC.

A estratégia PCI está também desenvolvendo formas de engajamento dos atores privados para garantir o alinhamento aos compromissos de desmatamento zero de Nova York de 2014 e estabelecer canais de financiamento da transformação da matriz agrícola do estado pelas cadeias privadas. Para isso, estão sendo criados instrumentos (mapas de oportunidades e riscos de investimentos e [plataforma de monitoramento](#)) assim como pilotos de abordagens jurisdicionais e cadeias livre de desmatamento com o trabalho dos membros da PCI.

- Existe um sistema para monitorar o progresso da estratégia jurisdicional existente (dados florestais e não florestais)? Sim Não Por favor, descreva e forneça os links quando relevantes.

A PCI está sendo monitorada por um grupo de trabalho multiskakeholder que utiliza as informações de diversos outros sistemas de monitoramento para garantir o monitoramento das metas estabelecidas. Os [dados do monitoramento de 2015 e 2016](#) estão disponíveis em publicação mas também numa [plataforma online](#).

- A estratégia vinculada aos sistemas nacionais de monitoramento florestal, protege os sistemas de informação ou outros processos de monitoramento nacionais/globais relevantes? Sim Não Em caso afirmativo, por favor, descreva.

O monitoramento da PCI utiliza dados de diversos sistemas de monitoramento: entre outros, dados do INPE, do PPCDIF, da SEMA, da SEAF, do IMES, do INCRA. As fontes e metodologia que baseiam esse monitoramento estão disponíveis numa [publicação específica](#) que garante a consistência metodológica e a transparência.

Outros processos relevantes de desenvolvimento de baixas emissões

- Existe alguma cadeia de suprimentos - compromissos e / ou iniciativas atualmente ativas na jurisdição ?
Sim Não Em caso afirmativo, como sua estratégia jurisdicional existente se relaciona com as iniciativas da cadeia de suprimentos sustentável existentes, caso seja o caso?

Ver na p.6 da proposta para as cadeias de commodities. Para a cadeia da carne: Pecsca implementando com o Fundo Althelia e o ICV o protocolo do Novo Campo; IMAC e Carrefour na Fazenda São Marcelo; para a cadeia da soja, RTRS e IDH com a Soja+ e o protocolo assinado com a FEFAC. Nas cadeias da sociobiodiversidade, existem numerosas iniciativas inventoriadas pela PCI sobre a castanha, o babaçu, o mel, e os cultivos hortifrutigranjeiros.

A PCI está procurando dar escalas a essas iniciativas com o GT de engajamento e o programa REM.

- Existem compromissos e / ou iniciativas com Povos Indígenas e / ou Comunidades Locais (IP/LC)? Sim Não Em caso afirmativo, como sua estratégia jurisdicional existente se relaciona com as iniciativas existentes de IP / LC, caso seja o caso?

No âmbito do programa REM, existe um processo de construção do componente indígena em curso que deve ser finalizado com uma consulta pública governamental de novembro a dezembro de 2018 e deve estruturar o desembolso de cerca de 22 milhões de reais do programa REM reservado aos povos indígenas. Esse processo garante o direito a ser livremente e previamente informado e é liderado pela Federação dos povos indígenas de MT com o apoio da GIZ e do ICV. Para 2018, já foram realizadas 2 das 8 oficinas previstas nas aldeias.

Além disso por parte da agricultura familiar e das comunidades locais, a Secretaria estadual de Agricultura familiar lidera a implementação do Plano estadual de agricultura familiar (PEAF) que passou em 2017 por uma consulta pública com o apoio do Ipam e do ICV. O PEAF estruturou as bases do subprograma da agricultura familiar do REM. Esse subprograma também se espelhou nas diversas experiências da sociedade civil de Mato Grosso.

- Existem outros projetos importantes ou atividades relevantes para o REDD +/LED que ocorrem na jurisdição? Sim Não Em caso afirmativo, por favor, liste os parceiros/organizações.

O inventário da PCI permitiu identificar cerca de 200 iniciativas que conversam com estratégias de desenvolvimento de baixo carbono.

Financiamento e Investimento

A estratégia jurisdicional é apoiada por algum plano de investimento/implementação claro e detalhado?
Sim Não Em caso afirmativo, qual é o alcance do plano de investimento? (por exemplo, alcance geográfico, alcance setorial) Por favor, descreva.

A estratégia PCI alcance diversos setores rurais, diversos atores e consegue conjugar produção com preservação e questões sociais na escala estadual. Se a estratégia tem um planejamento estratégico e soluções de implementação claras, ainda carece de planos de investimento detalhados para todos os setores. A tabela 1 da p.11 mostra as lacunas existentes no detalhamento dos planos de investimentos.

• Você identificou os vários fluxos financeiros existentes que podem ser relevantes para a implementação da estratégia / plano REDD+ e maneiras de envolvê-los (pelo menos, fluxos financeiros públicos, domésticos e internacionais e potencialmente privados)? Quanto do orçamento é financiado e por quem?

Em plena crise orçamentaria brasileira, os fluxos financeiros públicos de Mato Grosso são considerados como limitados para enfrentar o desafio da transformação de Mato Grosso. A Estratégia PCI foi desenhada para captar recursos internacionais frente à contribuição climática de MT e projetou o seu custo para 39 bilhões de reais para conseguir atingir os seus objetivos até 2030. A avaliação é de que somente uma parte pequena seria de doação (grant), e que a maioria do recurso necessário seria oriundo de investimento privado (for profit). O investimento do programa REM consiste em 178 milhões de reais em grande parte voltada para o controle do desmatamento, as cadeias da agricultura familiar e os povos indígenas. Para comparação, o orçamento anual da SEMA/MT endereça várias outras questões que as questões florestais e consome cerca de 60 milhões de reais por ano.

• Existem oportunidades para alinhar o financiamento existente aos objetivos jurisdicionais de REDD+?
Sim Não Em caso afirmativo, por favor, descreva.

Diversos fundos de investimento e outros doadores estão projetando investimentos em Mato Grosso e devem observar com atenção os próximos passos do programa REM, primeiro programa de REDD+ de Mato Grosso. Entre eles, o Fundo Althelia está discutindo um investimento de cerca de 40 milhões de reais no sistema de REDD+. O Fundo Permian, o Fundo Andgreen e o Fundo Partnership for Forest também estão discutindo investimentos em Mato Grosso.

Aprendizado de estratégias ou planos existentes (se aplicável)

• O que foi alcançado como resultado da(s) estratégia(s) jurisdicional(ais) ou plan(os) existente(s) e isso levou ao resultado esperado?

Houve bons resultados em termos de redução do desmatamento, superando a meta estabelecida de redução de desmatamento em 75% em relação a linha de base de 5.714km², e foi alcançada a redução de 79%. No entanto, a dificuldade em manter o desmatamento abaixo de 1.000km² ao longo dos últimos anos também deixou claro que políticas de comande e controle que não conseguem rapidamente inserir elementos de fortalecimentos de cadeias produtivas livre de desmatamento com devidos incentivos econômicos não conseguem se manter no tempo. Assim, nem todas as atividades do PPCDQ-MT foram totalmente executadas por contingenciamento enquanto se manteve uma falta de articulação e coordenação entre agências governamentais e dificuldade de complementariedade entre as metas de redução do desmatamento e de políticas de instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade e instrumentos de planejamento e ordenamento territorial. Da mesma forma, o relatório contendo o balanço das metas do primeiro ano da estratégia PCI (2015-2016) mostra que os indicadores das metas pouco avançaram no primeiro, evidenciando o grande desafio de garantir avanços na adequação das cadeias produtivas de Mato Grosso. Os últimos anos de políticas públicas para a redução do desmatamento também ensinaram algumas lições sobre as desigualdades sociais, as dificuldades de envolvimento das mulheres e das populações tradicionais. Assim, é somente recentemente que se conseguiu quebrar algumas dinâmicas de participação: de 2010 a 2016, as tentativas de envolvimento das

populações tradicionais não conseguiram um nível de participação satisfatórias por falta de recursos. Com isso, a participação das mulheres oriundo de populações tradicionais e da agricultura familiar foi muito baixa e o próprio tema do gênero foi pouco trabalhado.

- O que é necessário para alcançar o impacto desejado? • Houve algum resultado inesperado?
- Quais foram as lições aprendidas (boas ou más) mais importantes da implementação da (s) estratégia (s) existente (s) ou plano (s)?

Além de implementar medidas mais fortes de comando e controle previstas no programa REM/MT, é fundamental aumentar a escala das ações para transformar as cadeias produtivas de MT e garantir a transição da matriz produtiva de Mato Grosso. Para isso, é necessário captar mais recursos, mas também manter a prioridade estratégica da agenda.

- Detalhe o desafio mais importante no desenvolvimento ou implementação da (s) estratégia (s) ou plano (s). Considere o seguinte: o Quais aspectos da estratégia não foram implementados e por quê? o Quais são as barreiras em curso? Com a iminência da implementação do programa REM, surgem como prioritárias as questões seguintes: Aperfeiçoamento do monitoramento das salvaguardas sociais e das dinâmicas de uso da terra, incluindo a finalização do mapa de vegetação primária do Estado de MT; Fortalecimento e capacitação dos atores e membros de espaços de tomada de decisão sobre os programas de REDD+; Ampliação de linhas de apoio regionalizadas para cadeias de suprimento de commodities livre de desmatamento através de mecanismos privados de garantia de compra, assistência técnica, e regularização ambiental; Definição de incentivos para regiões de restrição de uso como Pantanais e Áreas de Proteção Ambiental; Desenvolvimento de uma visão estadual sobre adaptação a partir da correlação de atividades de adaptação às mudanças climáticas nas atividades visando apoiar cadeias produtivas nos subprogramas REM/MT.

Capacidade do Parceiro

- A organização parceira possui uma forte presença na jurisdição? Sim Não Descreva brevemente quaisquer iniciativas anteriores relacionadas com REDD + / LED lideradas pela organização parceira.

Ver p.9 e 10

- Descreva brevemente as outras organizações ou parceiros que possuem experiências significativas de REDD + / LED em sua jurisdição.

As principais instituições da sociedade civil que atuam com esses temas em Mato Grosso além do ICV são: IPAM, ONF, ISA, EII. O IPAM tem trabalhado em parceria com o ICV na estruturação da PCI, na agenda de REDD+ e na estruturação do Plano Estadual da Agricultura Familiar (PEAF).

- Existe alguma proposta regional? Sim Não Em caso afirmativo, por favor, descreva o motivo pelo qual uma abordagem regional é necessária.
- O parceiro tem a capacidade de gerenciar efetivamente um projeto desta escala? Sim Não Por favor, descreva.

O ICV possui 27 anos de experiência com um portfólio de diversos projetos de financiadores nacionais e internacionais, conta com uma equipe técnica, administrativa e financeira de alta qualificação e geriu com sucesso nos últimos 3 anos um orçamento médio anual de 10 milhões de reais.

- O parceiro está trabalhando com outras jurisdições em propostas separadas? Sim Não
- Em caso afirmativo, o parceiro teria capacidade de trabalhar com múltiplas jurisdições? Sim Não Por favor, descreva.